



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria-Executiva - SEXEC

Departamento de Fundos e Investimento - DFIN

Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL ESPACIAL - CT-ESPACIAL EXERCÍCIO DE 025

Endereço: Sala de Situação, 5º andar, Edifício Sede do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Bloco E, Esplanada dos Ministérios.

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Y2U0YTA2MTAtYjVmZi00ZDRiLTgwMDgtZDgwYTZiOWZhYmUz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%22%2c%22Oid%22%3a%22cd12fb4f-c86c-4bb2-b5ba-d417bdfcb9f4%22%7d

Data: 30 de abril de 2025

Membros presentes:

1. **Raphael Padula**, representante do MCTI, Presidente;
2. **Major-Brigadeiro do Ar David Almeida**, representante do MD; (Virtual)
3. **Jordan Silva de Paiva**, representante do MCOM; (virtual)
4. **Fábio França Silva Araújo**, representante da AEB; (Virtual)
5. **Jonas Maurício Lopes**, representante da INFRAERO; (Virtual)
6. **Ricardo Galvão**, representante do CNPq;
7. **Jadir Gonçalves**, representante da CNI. (Virtual)

Demais participantes:

1. **Jair Rocha** - CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI; (Virtual)
2. **Marcia Godoi** - CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI; (Virtual)
3. **Elenice Carvalho** - CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI; (Virtual)
4. **Geisiane Nóbrega** – CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI; (Virtual)
5. **Pedro Ferreira** – CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI; (Virtual)

- 6. Franciene Cerávolo - DFIN/SEXEC/MCTI; (Virtual)
- 7. Júlio Shidara (AIAB); (Virtual)
- 8. André Ramos – SETEC/MCTI;
- 9. William Rospendowski – Finep;
- 10. Rodrigo Novis – Finep; (Virtual)
- 11. José Henrique Pereira – Finep; (Virtual)
- 12. Ricardo Cordeiro Cruz, MDIC. (Virtual)

Pauta:

Apresentação e deliberação sobre os recursos disponíveis para investimentos do CT.

1. Abertura e apresentação da pauta

A reunião do CT-Espacial foi iniciada pelo Sr. Raphael Padula, Presidente do Comitê, que promoveu uma rodada de apresentações entre os membros e convidados presentes, e apresentou o tema da pauta.

2. Ações e projetos apoiados em 2024/25

O Sr. William Rospendowski (Finep) apresentou algumas ações do setor espacial que contam com o apoio do FNDCT, com destaque para os projetos financiados no âmbito do **Programa 2 – Mais Inovação**, voltado à subvenção econômica, incluindo a chamada pública de Soberania e Defesa Nacional, lançada em janeiro de 2024, com apoio do Ministério da Defesa. Considerada a maior da história do setor, essa chamada ultrapassou valores anteriores e priorizou a concentração de recursos em projetos estratégicos. Entre os destaques está o Projeto RATO (14x), veículo acelerador hipersônico desenvolvido com universidades e centros de pesquisa, e interlocução com outros projetos de Veículos Lançadores de Pequeno Porte - VLPP. Citou outros dois projetos VLPPs, liderados pelas empresas CENIC e AKAER, com participação de empresas de diferentes portes e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), além do projeto de satélite de observação da Visiona. Somando todas essas iniciativas, informou que o apoio ao setor espacial ultrapassa R\$ 1 bilhão em investimentos. Além do Programa 2, comentou que a Finep atua também no **Programa 1 – Pró-Infra**, com investimentos de R\$ 20 milhões em infraestrutura científica, sendo R\$ 13 milhões destinados ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e R\$ 7 milhões ao Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE). Ressaltou que a complexidade dos projetos do CT-Espacial levou a Finep a acompanhar os projetos por meio de duas diretorias: Diretoria de Inovação, responsável por ações no âmbito do **Programa 2**, e Diretoria Científica, responsável pelo **Programa 8 – Projetos Estratégicos Nacionais**, onde se destaca a Plataforma Multimissão executada pelo INPE com recursos de R\$ 249 milhões, vinculada ao CBERS 6. No **Programa 9**, voltado à infraestrutura das ICTs, foi mencionado o projeto com o IAE no valor de R\$ 133 milhões, o maior projeto individual do programa. Destacou o protagonismo da Força Aérea na priorização de projetos voltados ao desenvolvimento de tecnologias críticas anteriormente dependentes da cooperação com a Alemanha, agora internalizadas. Por fim, comentou que a Finep organizou workshops como o realizado em São José dos Campos, reunindo mais de 60 representantes do ecossistema espacial brasileiro, reforçando o esforço conjunto para atingir a capacidade de lançamento orbital nacional, ainda inexistente no país.

3. Cenário Orçamentário do FNDCT e Perspectivas para o CT-Espacial em 2025

O Sr. Rodrigo Novis (Finep) apresentou uma análise da arrecadação projetada do FNDCT para 2025, que até março apresentou crescimento de 32% em relação ao mesmo período de 2024. Explicou que, no entanto, apesar do PLOA encaminhado ter sido de R\$ 20,6 bilhões, a LOA sancionada retornou com R\$ 14,7 bilhões, após o desconto da DRU. No tocante ao orçamento para o CT-Espacial, demonstrou que desde 2017 a arrecadação estimada não tem sido suficiente para cobrir os compromissos, sendo necessário o uso de recursos livres, além de outras fontes, para efetiva complementação. Explicou que, em 2023 e 2024, embora as arrecadações tenham sido modestas, os compromissos foram honrados com suplementações da Finep, de R\$ 40,8 milhões e R\$ 33 milhões, respectivamente. Para 2025, a LOA destinou R\$ 2,5 milhões ao Fundo, e já se prevê uma suplementação de R\$ 577 mil, necessária para cobrir integralmente o orçamento dos compromissos estimado de R\$ 3,1 milhões, em virtude do déficit orçamentário identificado. A carteira prévia de compromissos anteriores do CT-Espacial inclui, para 2025, R\$ 2 milhões destinados

a projetos de aplicação e monitoramento climático e de cooperação internacional (Programa Copernicus), e R\$ 1,20 milhão ao Programa Uniespaço. Para 2026, a previsão de compromissos é maior, chegando a quase R\$ 15 milhões, especialmente em função do projeto SelenITA, que retoma execução orçamentária a partir daquele ano.

Informou, ainda, que a Finep toma empréstimos junto ao FNDCT para operar seus instrumentos de apoio reembolsável às empresas, aplicando recursos via crédito. Para viabilizar essa operação, há a cobrança de um valor adicional, necessário para manter a sustentabilidade do mecanismo. Os valores pagos pelas empresas — amortizações e juros — retornam parcialmente ao FNDCT, alimentando o chamado “recurso livre”. Explicou que esses recursos livres são fundamentais para suprir compromissos de Fundos Setoriais com baixa arrecadação, como o CT-Espacial, além de apoiarem ações transversais que atendem múltiplos fundos simultaneamente. Esse arranjo garante a continuidade de projetos mesmo quando a arrecadação direta de determinados fundos é insuficiente, compondo o desenho orçamentário necessário para o funcionamento da engrenagem institucional.

O Sr. Raphael Padula destacou que muitos dos compromissos financeiros que impactam o Fundo Setorial Espacial em 2025 decorrem de decisões assumidas anteriormente pelo próprio Comitê Gestor. Explicou que, embora o Comitê conte atualmente com recursos limitados para deliberação, a área espacial apresenta diversas iniciativas em andamento que demandam financiamento, como o projeto CBERS 6 e os projetos vinculados ao Programa 2, detalhados durante a reunião. Ressaltou-se a importância da nova lógica de organização dos investimentos do FNDCT, baseada em Programas Estruturantes e Mobilizadores, que, mesmo com menor disponibilidade orçamentária direta, permite amplificar o impacto dos recursos aplicados e garantir maior mobilização de investimentos para setores estratégicos, como o Setor Espacial.

O Sr. Jadir Gonçalves (CNI) levantou um ponto de esclarecimento quanto ao financiamento de projetos relacionados a satélites e veículos lançadores de pequeno porte ter sido executado por meio de recursos de ações transversais. Nesse sentido, manifestou interesse em saber se essas iniciativas futuramente constarão como projetos recomendados pelo Comitê Gestor do CT-Espacial, dada sua relevância estratégica para o setor e a necessidade de evidenciar a vinculação institucional.

O Sr. Raphael Padula esclareceu que a apresentação realizada teve como objetivo não apenas prestar contas sobre a alocação de recursos deliberada pelo Comitê Gestor em anos anteriores, mas também oferecer uma visão mais ampla sobre como o Setor Espacial tem sido contemplado pelos investimentos do FNDCT de forma geral. Comentou que a prestação de contas buscou evidenciar a aplicação de recursos em ações estratégicas, incluindo aquelas viabilizadas por meio de recursos livres e ações transversais, reforçando o reconhecimento do Setor Espacial como área estratégica dentro da lógica de investimentos do Fundo.

O Sr. Raphael Padula, em sua função enquanto presidente do CT-Espacial, ressaltou que embora o quadro orçamentário atual aponte para a inexistência de recursos disponíveis para deliberação, em razão de compromissos já assumidos, o Comitê Gestor continua exercendo um papel relevante no debate técnico sobre prioridades do setor. Informou que o conteúdo das discussões técnicas e as deliberações da reunião anterior foram relatadas ao Presidente do CCF, incluindo o apoio manifestado ao projeto BRASSAT, apresentado pela AEB, e aos projetos vinculados à iniciativa “*Farming Space*”. Também foram reportadas as divergências e observações pontuais, especialmente no tocante à possibilidade de implementação por meio de redes de pesquisa selecionadas via chamadas públicas. Destacou ser relevante a manutenção desse diálogo contínuo com o CCF, pois, à medida que forem sendo deliberadas ações transversais e outras iniciativas, esses registros podem influenciar positivamente o apoio a projetos considerados estratégicos pelo Comitê Gestor do CT-Espacial.

O Sr. Julio Shidara (AIAB) manifestou preocupação quanto à solução de continuidade para os projetos da indústria espacial, destacando que, conforme a explicação apresentada sobre o pipeline de projetos (incluindo o CBERS-6, CBERS-5 e BRASSAT), há risco de interrupção caso não haja planejamento e destinação contínua de recursos. Citou o exemplo do projeto SAT-VHR, atualmente em desenvolvimento com apoio da Finep e liderado pela Visiona, alertando que, sem o prosseguimento em direção à formação de uma constelação de satélites baseada nesse modelo, a indústria poderá enfrentar impactos sérios — mesmo diante de uma demanda crescente por soluções espaciais. Ao final, questionou em que horizonte de tempo poderiam ser destinados recursos ao projeto BRASSAT e, também, quando seria possível considerar o acolhimento e financiamento de projetos complementares, como o SAT-VHR, caso venham a ser integrados à estratégia do Comitê.

4. Perspectiva Orçamentária e Temporal dos Projetos Estratégicos

O Sr. Raphael Padula informou que há previsão de aproximadamente R\$ 100 milhões em recursos para 2025 destinados ao projeto CBERS 6, com foco na sua plataforma multimissão, além da continuidade das subvenções da Finep, que também se estendem para 2025. O projeto da Visona possui previsão de execução até 2026, embora inicialmente estimado até 2027. Nesse contexto, ressaltou-se que os projetos CBERS 6 e CBERS 5 certamente continuarão aparecendo no “*pipeline*”, uma vez que o FNDCT delibera ano a ano os recursos do Plano Anual de Investimentos. A expectativa é de que, à medida que esses projetos estratégicos se aproximem de sua conclusão, seus sucessores e complementos — como o BRASSAT — voltem a ser discutidos com maior prioridade. Destacou-se que o “*pipeline*” de projetos não é estático, e pode ser revisto ao longo do ano, especialmente em cenários de ampliação orçamentária, atraso ou frustração na execução de projetos como o CBERS 5. Nesse sentido, reforçou-se que o BRASSAT permanecerá em debate, sendo constantemente avaliado como proposta estratégica. No entanto, reconheceu a dificuldade de definir com precisão a temporalidade para destinação de novos recursos, já que não há orçamento disponível atualmente para deliberar sobre o início de novos projetos, como o SAT-VHR, apesar de seu potencial estratégico e do interesse demonstrado pelo setor.

5. Diversificação de Investimentos e Priorização de Projetos Complementares

O Sr. Ricardo Galvão registrou que a percepção da dimensão orçamentária dos projetos BRASSAT e CBERS 5 é bastante distinta, o que poderia permitir que ambos avancem em paralelo, sem que um inviabilize o outro. Destacou-se, ainda, a relevância de se considerar a possibilidade de alocar ao menos parte dos recursos no projeto SAT-VHR, cuja proposta foi considerada bastante interessante. A manifestação reforça a importância de diversificar os investimentos em projetos estratégicos complementares, ampliando o alcance e os benefícios das ações no setor espacial.

O Sr. Jadir Gonçalves destacou que o projeto CBERS 5 apresenta uma agenda complexa e desafiadora de alinhamento institucional, o que pode resultar em um ciclo de tramitação e implementação mais demorado. Ressaltou que, embora exista um interesse nacional por um satélite com as características do CBERS 5, ainda não há clareza quanto à convergência de interesses entre as partes envolvidas, especialmente com os parceiros internacionais. Em função disso, sugeriu que o Comitê considere discutir de forma independente a priorização do projeto BRASSAT, que, além de ter um perfil estratégico distinto, apresenta necessidade inicial de recursos significativamente menor em comparação ao CBERS 5. Diante da expectativa de que o BRASSAT demande menos recursos em seus estágios iniciais e considerando o tempo que o CBERS 5 pode levar para avançar, o conselheiro propôs que o Comitê avalie a viabilidade de defender o início do BRASSAT ainda em 2024, como forma de garantir continuidade ao desenvolvimento de capacidades nacionais em sensoriamento remoto e comunicações.

O Sr. Raphael Padula registrou que, considerando que o fundo setorial não tem recursos para deliberar, dará ciência do debate ao Presidente do CCF, e lembrou que representantes da indústria podem abordar a importância do BRASSAT no Conselho Diretor. Reafirmou o acordo construído no âmbito do Comitê Gestor do CT-Espacial quanto ao apoio à iniciativa, com a defesa de que ela avance em paralelo ao CBERS 5, como forma de garantir continuidade ao setor espacial e preservar a capacidade instalada da indústria nacional.

6. Encaminhamentos

- Dar ciência ao Presidente do CCF sobre o debate técnico sobre a viabilidade de execução paralela entre CBERS 5 e BRASSAT, ainda que com recursos menores ainda em 2025, ao menos para o detalhamento técnico e conceitual do projeto.
- Registro da preocupação com continuidade da demanda industrial, evitando riscos de desmobilização por falta de continuidade entre projetos. O BRASSAT foi apontado como estratégia eficaz para preservar capacidades instaladas.

7. Encerramento da Reunião

O Sr. Raphael Padula agradeceu a participação dos membros, ressaltando o caráter harmonioso e produtivo dos debates. Informou ainda que, caso haja alterações no cenário orçamentário ou abertura de nova janela de deliberação, uma nova reunião poderá ser convocada ainda neste primeiro semestre para tratar de eventuais decisões. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada com agradecimentos a todos os presentes.

RAPHAEL PADULA

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial Espacial - CT-ESPACIAL



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Padula, Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos**, em 05/06/2025, às 17:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12818254** e o código CRC **029E8B66**.